

# Reforma tributária

A questão da reforma tributária passou a ser motivo de preocupação geral. A subcomissão da Constituinte, encarregada de tratar do assunto, propôs uma ampla reforma. As linhas gerais desta reforma vão no sentido de ampliar a participação dos municípios e dos estados na arrecadação da União e, também, na simplificação e diminuição dos tributos federais. De maneira formal, todos estão de acordo com estas orientações. Todos os partidos e políticos, em seus discursos eleitorais, defenderam estes princípios. Fortalecer os municípios é ponto pacífico na linguagem dos líderes políticos.

Mas a verdade é que a questão não é tão simples. No momento de se tomar uma decisão, um assunto que aparentemente é pacífico, encontra resistências, emperra e não anda. É evidente que não se pode dissociar recursos de atribuições. Hoje vivemos uma situação em que todos os setores da administração pública se encontram deficitários. Somos um dos países em que se paga impostos e mesmo assim o déficit público é enorme. O problema, portanto, é complexo, mas isto não quer dizer que uma solução adequada não deva ser buscada.

É indispensável que a atual distribuição de recursos e de competências, em que o centralismo prevalece, seja modificada. É preciso fortalecer os estados e municípios. É inconcebível que tarefas de âmbito municipal ou local fiquem na dependência de decisões dos poderes centrais. A burocracia cresce e os cidadãos perdem a capacidade de controlar a ação do estado. Descentralizar competências, aliviar a União de encargos que logicamente nunca deveriam ter sido

seus é uma tarefa urgente, até mesmo para que a democracia se consolide e se amplie entre nós.

É claro que se competências forem transferidas, recursos adequados também terão de ser passados para as unidades menores de nossa administração. Quanto mais próximo das comunidades se efetuarem funções hoje centralizadas, tanto mais fácil será para a população fiscalizar e se conscientizar do que se passa com os recursos financeiros públicos.

Sempre que uma proposta concreta é apresentada no sentido de uma distribuição mais racional dos recursos públicos, surgem vozes que se opõem, alegando que o momento não é oportuno, que há dificuldades conjunturais ou mesmo que o momento é de crise. O argumento não é procedente, pois a crise atinge a todos: administração pública e privada, em todos os níveis. Não é só o poder central que sofre com a crise, até pelo contrário, muitos municípios e administrações estaduais estão em grandes dificuldades. É justamente nos momentos de dificuldades que se pode repensar a realidade.

Sem analisar em detalhes a proposta da subcomissão de tributos, pode-se registrar que ela procurou agir ponderadamente ao estabelecer um processo de mudança na destinação da arrecadação, escalonada em vários anos. Assim o choque que poderia advir de uma mudança importante poderá ser menor e dividido ao longo desse período. A questão foi colocada na instância adequada e já é o momento oportuno para que o debate sobre o assunto tome rumos definitivos. Agora, o que se deseja é ação descentralizadora.

## Cartas dos Leitores